



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE EXAME TÉCNICO**

**N.º do Pedido:** BR102015025567-5      **N.º de Depósito PCT:** ---  
**Data de Depósito:** 07/10/2015  
**Prioridade Unionista:** ---  
**Depositante:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (BR/MG),  
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS – FAPEMIG (BR/MG)  
**Inventor:** Raquel da Silva Cordeiro, Sergia Maria Starling Magalhães, Francisco  
Antônio Rodrigues Barbosa  
**Título:** “Método para obtenção de extratos graxos de cianobactérias, produtos  
e uso”

**PARECER**

Cumprе frisar que em 27/12/2023, por meio da Petição nº 870230114551, o Depositante apresentou seus esclarecimentos e emendas no pedido de patente apenso em atendimento ao parecer exigência preliminar (6.22), o qual fora notificado na RPI 2753 em 10/10/2023. Destaca-se que a matéria ora pleiteada fora examinada em ambiente digital à luz da Lei de Propriedade Industrial (*doravante* LPI) nº 9.279/96. Destarte, apresentam-se as observações levantadas por ocasião do 1º exame técnico em tela.

<b>Quadro referente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN e Sequências Biológicas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O pedido foi encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA		<b>X</b>
A exigência ref. ao acesso ao patrimônio genético nacional foi emitida	<b>X</b>	
O pedido refere-se a Sequências Biológicas		<b>X</b>

**Comentários/Justificativas**

**ANVISA:** Tendo em vista que o Art. 57 Inciso XXVI da Lei Nº 14.195, de 26/08/2021, revogou o Art. 229-C da Lei Nº 9.279/96 (LPI) – conforme modificada pela Lei Nº 10.196/01 –, o pedido não será mais encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a análise de anuência prévia no que se refere aos produtos e processos farmacêuticos. Por resultado, dar-se-á prosseguimento ao exame técnico.

**PATRIMÔNIO GENÉTICO:** O INPI emitiu a exigência formal (cf. Despacho 6.6.1) na RPI 2492 de 09/10/2018, com objetivo de manifestação do Depositante quanto à ocorrência de acesso à

Amostra do Patrimônio Genético Nacional para fins de obtenção do objeto do presente pedido de patente de invenção. Em atendimento, a Requerente trouxe a declaração positiva de acesso à amostra do Patrimônio Genético Nacional por intermédio da Petição 264, protocolizada sob o nº 870180145495 em 29/10/2018, contendo os seguintes dados sobre o dito acesso positivo: Número da Autorização de Acesso AFC6982; e Data da Autorização de Acesso 29/10/2018.

**SEQUÊNCIAS BIOLÓGICAS:** A matéria pleiteada no presente pedido de patente não se refere a sequências biológicas.

Com base nas informações acima, as vias que compõem o presente pedido de patente e que foram examinadas para a elaboração do 1º parecer técnico estão resumidas no Quadro 1.

<b>Quadro 1 – Páginas do pedido examinadas</b>			
Elemento	Páginas	n.º da Petição	Data
Relatório Descritivo	1 a 17	014150001353	07/10/2015
Listagem de sequências em formato impresso	---	---	---
Listagem de sequências*	Código de Controle	---	---
Quadro Reivindicatório	1	870230114551	27/12/2023
Desenhos	1 e 2	014150001353	07/10/2015
Resumo	1	014150001353	07/10/2015

<b>Quadro 2 – Considerações referentes aos Artigos 10, 18, 22 e 32 da Lei n.º 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não
A matéria enquadra-se no art. 10 da LPI (não se considera invenção)		X
A matéria enquadra-se no art. 18 da LPI (não é patenteável)		X
O pedido apresenta Unidade de Invenção (art. 22 da LPI)	X	
O pedido está de acordo com disposto no art. 32 da LPI	X	

#### **Comentários/Justificativas**

Comentários/justificativas não são aplicáveis.

<b>Quadro 3 – Considerações referentes aos Artigos 24 e 25 da LPI</b>		
Artigos da LPI	Sim	Não
O relatório descritivo está de acordo com disposto no art. 24 da LPI	X	
O quadro reivindicatório está de acordo com disposto no art. 25 da LPI	X	

**Comentários/Justificativas**

A Perícia observou alguns erros materiais no presente quadro reivindicatório. Entretanto, uma vez que os ditos erros materiais não resultam em falta de clareza da matéria, por economia processual, deu-se prosseguimento ao exame de mérito do pleito.

<b>Quadro 4 – Documentos citados no parecer</b>		
<b>Código</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de publicação</b>
---	---	---

A partir das emendas e dos esclarecimentos técnicos trazidos à lide pela Requerente, a Perícia considera que os documentos outrora arrolados, por ocasião do Despacho 6.22, não são considerados impeditivos ao pleito.

<b>Quadro 5 – Análise dos Requisitos de Patenteabilidade (Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI)</b>		
<b>Requisito de Patenteabilidade</b>	<b>Cumprimento</b>	<b>Reivindicações</b>
<b>Aplicação Industrial</b>	Sim	<b>1 a 5</b>
	Não	Nenhuma
<b>Novidade</b>	Sim	<b>1 a 5</b>
	Não	Nenhuma
<b>Atividade Inventiva</b>	Sim	<b>1 a 5</b>
	Não	Nenhuma

**Comentários/Justificativas**

Cumprir citar que o novo quadro reivindicatório atende aos requisitos de patenteabilidade novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, segundo os Arts. 8.º, 11, 13 e 15 da LPI (cf. Petição 207 – nº 870230114551 de 27/12/2023), tal que:

**Art. 8.º c/c Art. 15 da LPI:** No requisito aplicação industrial, esta Perícia considera que a matéria abarcada pelas reivindicações **1 a 5** é passível de ser aplicada industrialmente, estando, assim, de acordo com as disposições do Art. 8.º em combinação com o Art. 15 da LPI.

**Art. 8.º c/c Art. 11 da LPI:** Quanto à avaliação do requisito novidade, pôde-se verificar que as reivindicações **1 a 5** são novas, cumprindo o disposto no Art. 8.º em combinação com o Art. 11 da LPI.

**Art. 8.º c/c Art. 13 da LPI:** No que concerne à avaliação do requisito atividade inventiva, conclui-se que o objeto pleiteado nas reivindicações **1 a 5** envolve atividade inventiva, estando, assim, de acordo com o Art. 8.º em combinação com o Art. 13 da LPI.

**CONCLUSÃO**

Diante ao exposto no parecer técnico em tela, conclui-se que a matéria ora reivindicada apresenta novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (Art. 8º da LPI), e o pedido está de acordo com a legislação vigente, encontrando-se em condições de obter a patente reivindicada.

Portanto, defiro o presente pedido como **PATENTE DE INVENÇÃO**, devendo integrar a Carta Patente os documentos que constam no Quadro 1 deste parecer, exceto o resumo.

\*\*\*

Para a concessão da patente, o Depositante deverá efetuar o pagamento da retribuição e a respectiva comprovação correspondente à expedição da carta-patente, em conformidade com os prazos estabelecidos no Artigo 38 da LPI.

**Publique-se o deferimento (9.1).**

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024.

---

SANDRA CERQUEIRA PEREIRA  
Pesquisadora/ Mat. Nº 2390913  
DIRPA / CGPAT II/DIALP  
Deleg. Comp. - Port. INPI/DIRPA Nº 018/18